

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira	
Raimundo Márcio Mota de Castro	
Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado	
Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez	
Paula Macarena Caballero Moyano	
Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros	
Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVACÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO

Sandra Maria Guisso

Faculdade da Região Serrana – FARESE
Santa Maria de Jetibá/ES

Charles Moura Netto

Faculdade da Região Serrana – FARESE
Santa Maria de Jetibá/ES

RESUMO: O tema inclusão sempre vem carregado de questionamentos e compreensões diversas, principalmente com as mudanças pelas quais a educação vem passando, com novas exigências em sala de aula em decorrência da inclusão de crianças deficientes no ensino regular. Sabe-se que a inclusão na escola regular é um direito da criança com deficiência, assegurado pela legislação, porém também é conhecido que as escolas não estão devidamente preparadas para receber estas crianças, nem em relação à adequação física e também no que tange a capacitação do corpo docente e administrativo. Com leis amparando a inclusão escolar das crianças portadoras de deficiência, as escolas precisam estar preparadas para atendê-las em todas as áreas de ensino e em especial entender o conceito de inclusão. O verdadeiro sentido da inclusão escolar é que todos os professores e demais envolvidos nesse processo aprendam a aceitar e conviver com os alunos deficientes, pois mesmo sendo uma questão nova, é preciso que

todos conheçam e participem desse momento tão importante da educação. Afinal, inclusão é quando se busca, dentro das situações regulares, desenvolver o máximo a capacidade do aluno. A pesquisa investigou a concepção de professores de duas escolas públicas acerca da inclusão de crianças deficientes nos anos iniciais do ensino regular, em dois municípios da região serrana do Espírito Santo. O objetivo foi conhecer as práticas dos professores em sala de aula com relação à criança com deficiência, bem como a opinião dos mesmos a respeito da inclusão e ainda verificar se há a participação da família e da escola no processo de inclusão. Dessa forma, entender se as opiniões dos professores influenciam sua prática docente.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão; Deficiência; Professores.

THE INCLUSION OF DISABLED CHILDREN IN PUBLIC SCHOOL: THE LOOK OF THE TEACHERS OF TWO MUNICIPALITIES IN THE INTERIOR OF ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT: The inclusion comes loaded with questions and several understandings, especially with the changes through education, with new requirements in the classroom as a result of the inclusion of disabled children in regular education. It is known that the inclusion

in the regular school is a right of the child with disabilities, provided by the legislation, but it is also known that schools are not properly prepared to receive these children, even in relation to physical fitness and also regarding the Faculty and administrative training. With laws supporting the school inclusion of children with disabilities, schools must be prepared to meet them in all areas of education and in particular to understand the concept of inclusion. The true meaning of school inclusion is that all teachers and others involved in the process, they learn to accept and deal with students with disabilities, because even though it's a new issue, it is necessary that all consistent. The research investigated the design of two public school teachers about the inclusion of disabled children in the initial years of regular education, in two municipalities in the mountain region of Espírito Santo. The goal was to know the practices of the teachers in the classroom with respect to children with disabilities, as well as the opinion of the same regarding the inclusion and even check for the family and the school's participation in the process of inclusion. Thus, to understand if the opinions of teachers influence your teaching practice.

KEYWORDS: Inclusion; Disabilities; Teachers.

1 | INTRODUÇÃO

O termo inclusão tem um significado amplo, mas dentre as muitas vertentes inclusivas, a das crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular de ensino é a que mais gera polêmica, apesar de ser reconhecida legalmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), descreve no capítulo V, artigo 58 que a Educação Especial, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. O disposto na legislação demonstra que a inclusão deve ser uma prioridade da escola, devendo esta se adequar para atender todas as crianças. De acordo com o artigo 41 da Resolução nº 07, de 14 de dezembro de 2010:

Tanto o projeto político pedagógico como o regimento escolar deverá dar melhores condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, dando ênfase ao processo de inclusão nas escolas públicas e privadas na busca da universalização do atendimento.

Todos devem estar abertos para as mudanças, não só o professor, mas toda a escola. É certo que a inclusão é um processo longo e acontece de forma paulatina, pois ainda há muitos preconceitos, mas para reverter essa situação as pessoas devem aceitar, compreender e conhecer o que é inclusão.

Na visão de Sasaki (2005), a inclusão causa grandes mudanças educacionais, porque ela não objetiva ajudar somente os alunos com algum tipo de deficiência, mas todos, para que haja sucesso na corrente educativa geral.

A política de inclusão dos alunos que apresentam alguma deficiência, na rede

regular de ensino, não se resume somente na presença e permanência física desses alunos na sala de aula. O intuito é revisar concepções, respeitando, aceitando e valorizando as diferenças desses alunos, exigindo e fazendo com que a escola tenha a responsabilidade de criar espaços inclusivos, para que acompanhe os diversos ritmos de aprendizagem dos seus alunos proporcionando á eles uma educação de qualidade que englobe currículos apropriados para que haja realmente a inclusão.

Sánchez (2005, p. 11) descreve que:

[...] a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Dentre as questões enfrentadas por aqueles que defendem a inclusão escolar estão os problemas conceituais, interpretações que cada um faz da legislação educacional e preconceitos que distorcem o sentido da inclusão escolar (MANTOAN, 2003). É fato que a inclusão deve acontecer de maneira que beneficie a todos, mas o que não se pode desconsiderar é que não é fácil trabalhar com um aluno deficiente, muitos professores e a própria escola não se sentem preparados e tem dificuldades de compreender o processo inclusivo e fazer valer o direito do aluno à uma educação de qualidade.

Nesse contexto, com as mudanças que ocorrem na educação, o professor do ensino regular precisa estar preparado e capacitado para receber e atender os alunos portadores de deficiência em sua sala de aula.

Por esta razão surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa na qual abordasse a concepção de alguns professores sobre a inclusão de crianças deficientes nos anos iniciais do ensino regular, com o propósito de verificar suas práticas, bem como suas opiniões a respeito do tema.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada com professores da rede pública de ensino de dois municípios da região serrana do Espírito Santo, de abril á agosto de 2018. Para obter os dados foi elaborado um questionário com perguntas abertas. As perguntas foram elaboradas a respeito do tema inclusão de crianças deficientes na escola regular. O intuito do questionário foi conhecer a opinião de professores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de crianças deficientes no ensino regular, com a intenção de embasar a temática e entender como os professores se sentem diante da proposta de inclusão.

2.1 Municípios pesquisados

Optou-se por realizar a pesquisa em dois municípios para conhecer a concepção

dos professores com relação à inclusão de crianças deficientes nos anos iniciais do ensino regular, já que a inclusão escolar nestes municípios tem sido bastante discutida. A escolha pelos municípios de Itaguaçu e de Santa Maria de Jetibá foi feita pelo fato desses municípios terem professores que atualmente acolhem, em suas salas de aula, alunos com deficiência.

2.2 Escolha das participantes

O questionário foi aplicado a oito professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental dos municípios: Itaguaçu e Santa Maria de Jetibá. A escolha desses professores se deu devido ao fato de que todos tinham, em suas salas de aula, alunos deficientes, o que facilitou o levantamento dos dados e a realização da pesquisa.

Participaram da pesquisa uma escola de ensino regular estadual do município de Santa Maria de Jetibá e uma de ensino regular municipal do município de Itaguaçu. A escolha por essas duas escolas foi pelo fato das duas serem escolas de grande porte, com 1.600 alunos e 600 alunos, respectivamente. Além disso, as duas escolas tem alunos deficientes nos anos iniciais, o que foi primordial para o desenvolvimento da pesquisa.

Para resguardar a identidade dos professores que participaram da pesquisa optou-se por usar letras para identificá-los. Ficando assim organizado: as três professoras do município de Santa Maria de Jetibá, A, B e C e as cinco professoras do município de Itaguaçu D, E, F, G e H.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As falas das professoras foram organizadas em relatos múltiplos quando estas se mostraram semelhantes e em falas isoladas quando o comentário não foi compartilhado pelas demais. A seguir o relato das falas das professoras dos dois municípios acerca de alguns temas relacionados à inclusão, a saber: a inclusão das crianças deficientes na escola regular, o trabalho com a criança deficiente na sala de aula, a relação da família da criança com a escola e a professora, facilidades e dificuldades do trabalho docente com a criança especial.

Quando questionadas sobre a presença de um aluno deficiente na sala de aula as professoras mostraram sentimentos como medo e insegurança, mas também de desafios como demonstrado abaixo:

As professoras D, E, F, G e H concordam no que diz respeito ao “medo e insegurança” que sentem ao ter de lidar com um aluno deficiente, pois se consideram despreparadas para trabalhar com esse aluno e se sentem angustiadas e preocupadas em não conseguir atender as necessidades do mesmo em relação a sua aprendizagem.

Já as professoras A, B e C consideram um “desafio” a ser vencido, pois tudo

que está fora do atual padrão causa sentimento de incapacidade e apreensão.

Com relação ao que pensam sobre a inclusão de crianças deficientes nos anos iniciais do ensino regular as professoras D, E e G estão de acordo, porque acreditam que a inclusão é “extremamente necessária” e que as crianças deficientes têm os mesmos direitos que as outras ditas “normais”. Ou seja, elas devem frequentar as escolas do ensino regular, e merecem ser tratadas com igualdade, e ainda ressaltaram que atitudes positivas, por parte, da escola e do professor são importantes para a criança se sentir feliz.

Para Mantoan (2005, p.35) tanto os professores quanto os alunos tendem a ganhar com a inclusão por que:

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.

As professoras F e B pensam que deve haver formação para os professores aprenderem a atender melhor seus alunos deficientes, ressaltam que é difícil, já que surgem muitas dificuldades, mas não é impossível. A professora H acredita que a convivência do aluno com deficiência na sala regular é uma maneira de acontecer a socialização desse aluno, bem como o aprendizado significativo, contribuindo para sua vida em sociedade.

Em relação a formação dos professores para trabalhar com alunos incluídos, Mantoan (2003), diz que por terem internalizado o papel de praticantes, os professores esperam que os formadores lhe ensinem a trabalhar, a partir de aulas, manuais, regras, transmitidas e conduzidas por formadores, do mesmo modo como ensinam, nas salas de aula. Nesse sentido, de acordo com a autora, os professores reivindicam melhores condições de trabalho com cursos de capacitação, na ilusão de que receberão algo pronto, sem buscar inovação para seu trabalho. A formação é muito importante, mas a atitude inclusiva tem um papel transformador.

A professora A pensa que deve ser analisado a necessidade de cada aluno deficiente e as condições em que se encontra o ambiente escolar, porque cada deficiência tem que ter um olhar diferenciado. Para a professora C a inclusão do aluno deficiente é importante, mas ressalta que é preciso ter certo cuidado, já que nem sempre o que acontece em sala de aula pode-se chamar de inclusão, muitas vezes a inclusão se torna exclusão fazendo com que a criança deficiente passe por vários constrangimentos.

Figueiredo (2010, p. 37) ressalta que:

Alguns professores aderem rapidamente e demonstram confiança na possibilidade de desenvolverem uma pedagogia que contemple as diferenças

de todos os alunos. Outros, ao contrário, resistem a essa ideia, e, há aqueles que se apropriam pouco a pouco dessa concepção e vão implementando pequenas mudanças no ensino e na gestão da classe.

Para as professoras E e F trabalhar com um aluno deficiente é uma experiência nova, única, porque o aprendizado é mútuo, já que tanto o professor quanto o aluno aprendem um com o outro, consideram, ainda, que são limitadas quando o assunto é inclusão.

Para as professoras D e G trabalhar com alunos deficientes é um grande desafio, porque muitas vezes não se sentem preparadas para lidar com essas crianças, porém, acham muito gratificante, pois a felicidade da criança compensa o desafio e faz com queiram superá-lo a cada dia. A professora H destacou que o trabalho com crianças deficientes tem que ser com muito “amor e carinho”.

Na opinião das professoras A, B e C o trabalho com alunos deficientes é muito difícil, porque a criança precisa de mais atenção, o que dificulta o trabalho do professor, tendo em vista que os outros alunos da turma também necessitam de atenção. Outra questão ressaltada foi relacionada à falta de formação e auxílio pedagógico na área inclusiva, elas muitas vezes se sentem incompetentes para atender as necessidades desses alunos.

De acordo com Díez (2010, p. 22):

[...] essa formação deve ser apoiada no modelo de reflexão-ação-reflexão. Portanto, não é suficiente com que o professorado reflita, embora implique uma revisão das práticas através da reflexão – que deve ser o ponto de partida-, essa deve ir seguida por uma formação, uma posta em prática das aprendizagens adquiridas e uma nova reflexão mediante uma avaliação das mudanças que vão sendo introduzidas.

Ao se falar nas dificuldades encontradas para trabalhar com o aluno deficiente as professoras A, E e H destacaram o fato de que esse aluno necessita de atendimento individualizado de forma que atenda as suas especificidades, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula, porque ele precisa atender a todos os alunos, sejam eles deficientes ou não.

Para as professoras D e F as dificuldades estão relacionadas com o planejamento das aulas, porque as atividades trabalhadas com o aluno deficiente devem estar voltadas para o conteúdo trabalhado com restante da turma e ao mesmo tempo precisam atender as limitações do aluno e serem aceitas por ele.

A professora G descreve que o que dificulta o seu trabalho com o aluno deficiente é a falta de informação, no que diz respeito à deficiência do mesmo, pois muitas vezes os professores não buscam conhecer a deficiência do aluno e isso acaba prejudicando o trabalho em sala de aula, não proporcionando a inclusão do aluno.

Portanto, é necessário que os professores busquem informações no que diz respeito à deficiência do aluno, e procurem conhecer e desenvolver maneiras de oferecer aulas inclusivas, nas quais se desafiem e proporcionem a aprendizagem

efetiva. Além disso, a escola deve sempre solicitar o laudo da deficiência, a fim de conhecer o histórico da criança, no que tange a saúde e a educação. Dessa forma, irá contribuir para o trabalho do professor, proporcionando ao mesmo, estudo a respeito da deficiência do aluno, com o intuito de conhecer e de planejar como proceder com ele.

Figueiredo (2010) discorre que a escola precisa dar respostas eficazes, no que diz respeito a diferença de aprendizagem dos alunos, pois a proposição da mesma está em criar condições para permitir a participação de todos no processo de construção do conhecimento, independente de ser ou não deficiente.

As professoras B e C ressaltaram que as dificuldades estão relacionadas ao fato de que a escola, muitas vezes, não está preparada para receber o aluno deficiente, o que prejudica a inclusão, porque não só os professores precisam estar preparados, mas toda a equipe escolar, além disso, deve haver espaço físico adequado que atenda as limitações desse aluno.

Ao ser levantada a questão de como a família pode contribuir para a inclusão do filho deficiente na escola, as professoras D, H, G e F destacaram que é de fundamental importância, porque a família precisa ser uma parceira constante, já que muitas vezes a inclusão ocorre somente na escola.

Diante disso, percebe-se que a participação da família contribui para o desenvolvimento da criança tanto na escola quanto no meio social, de acordo com a professora E para que isso ocorra é preciso que a família aceite a deficiência do seu filho, sem se envergonhar dele ou escondê-lo, pois independente de suas limitações ele é um ser humano e deve ser atendido nas suas necessidades.

As professoras C, B e A acreditam que a família deve dar assistência necessária tanto em casa quanto na escola, buscando trabalhar em conjunto e não inferiorizando ou superprotegendo a criança, para que contribuam para o processo de inclusão da criança.

Os professores têm em sua concepção que a família é a parte fundamental para o processo de inclusão. Dessa forma, Costa e Paula (2007) destacam que para haver uma sociedade inclusiva, a relação dos professores com os familiares do aluno deficiente deve ser de cooperação, porque juntos irão atender às necessidades e limitações da criança.

Quando levantada a questão do que pensam sobre a prática docente de um professor que recebe em sua sala de aula um aluno deficiente, as professoras F, A, G, H, C, B e D destacaram que os professores devem procurar atender as particularidades do aluno deficiente com relação a sua aprendizagem, independente de como vai ocorrer, seja através de planos específicos para o aluno ou através de pesquisas e estudos realizados pelo próprio professor para buscar entender cada vez mais o verdadeiro sentido da inclusão. Também destacaram que a criança deve sempre ser tratada com muito amor e carinho, sem diferenciá-la das outras, tendo atitudes firmes.

Para a professora E a prática docente deve ser baseada no respeito e diálogo. O professor deve aprimorar seus conhecimentos com relação ao seu aluno deficiente e tentar o máximo possível vencer qualquer obstáculo que encontre pela frente, como o preconceito que muitas vezes atrapalha e dificulta o seu trabalho em sala de aula.

De acordo com os relatos descritos acima, os docentes parecem crer que a capacitação deve ser a primeira atitude para o processo inclusivo, e indicam ainda certa urgência em adquirir conhecimentos sobre como lidar com o aluno deficiente. Outra dificuldade observada é a necessidade de acompanhamento individualizado do aluno deficiente, em razão da necessidade de atenção ao restante dos alunos, já que normalmente, as salas de aula, dessas escolas, têm aproximadamente trinta alunos. A falta de orientação, também é um fator que dificulta o trabalho do professor, por não ter pessoas especializadas no assunto para orientar em relação a como agir e como trabalhar com os alunos deficientes.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A inclusão é um tema que muitas vezes causa discordância ao ser abordada, pois o preconceito existe e não permite que o indivíduo veja a realidade e aceite novas considerações a respeito.

Percebeu-se que algumas professoras apresentam muitas dificuldades com relação ao aluno deficiente, ainda não conseguem interagir totalmente com ele. Algumas não se sentem preparadas para receber em sua sala de aula um aluno deficiente e outras já não encontram muitas dificuldades para isso.

Muitos professores entendem que, para que haja uma educação que de fato inclua todas as crianças deficientes e não apenas as insira em sala de aula, é imprescindível que ocorram mudanças tanto nas escolas quanto nas famílias, pois mesmo hoje em que o ambiente escolar deve ser voltado para a inclusão, há famílias que não aceitam e nem entendem as limitações de seus filhos deficientes, com isso não colaboram com o professor e nem com a escola de maneira geral.

Um dos pontos muito questionados pelos professores é a necessidade de formação na área da inclusão e adequação do currículo escolar, bem como das metodologias de ensino para que esse aluno com deficiência possa ter acesso ao conhecimento, e de acordo com suas limitações, desenvolver ao máximo as suas potencialidades.

Foi averiguado que na concepção dos professores, é muito importante para o processo de inclusão que escola e a família caminhem juntas para proporcionar às crianças melhor interação no ambiente escolar, bem como para que seu processo educacional e de inclusão aconteça com normalidade e plena aceitação de ambas as partes.

É primordial no processo de inclusão que a educação propiciada ao aluno deficiente seja de qualidade, que o aprendizado seja significativo, que a socialização seja prazerosa, enfim que a qualidade de vida na escola favoreça para que o aluno seja de fato um cidadão com plenitude.

Nesse contexto, visando proporcionar às crianças com algum tipo de deficiência, seja ela qual for, melhor qualidade de vida que provém de uma educação diversificada e motivadora, a inclusão vem ser a norteadora desse processo. É necessário para a valorização e efetividade dessa proposta que a criança deficiente se sinta parte do todo.

No entender de Mantoan (2003, p. 53):

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Afinal, inclusão é quando se busca, dentro das situações regulares, desenvolver o máximo a capacidade do aluno.

A criança deficiente não pode simplesmente ir para o ensino regular, ela precisa realmente ser incluída, pois para que exista a inclusão é necessário que haja a participação efetiva dessas crianças.

O professor deve ficar atento a tudo que acontece, porque muitas vezes, as crianças são inseridas e não incluídas. O que ocorre é que as crianças deficientes são colocadas em sala de aula, mas não participam das atividades e dessa forma continuam excluídas. Em sala de aula é preciso que as atividades sejam elaboradas para atender as limitações do aluno dentro das suas potencialidades, para que assim ele demonstre avanços significativos no seu aprendizado.

Não só o professor deve estar preparado para receber essas crianças, mas sim toda a escola e a família, pois juntas são partes fundamentais para a efetivação do processo de inclusão.

É preciso entender que a educação passa por diversas transformações e a inclusão é a mais urgente porque atende a todos os alunos, melhora o ensino para todos. Procurar conhecer e aprender a trabalhar com as crianças deficientes é de fundamental importância, já que o professor não poderá simplesmente colocar a criança na sala de aula, ele precisa desenvolver habilidades nessas crianças, proporcionar aprendizagem.

A inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino regular pode levantar muitas dúvidas com relação ao método de ensino que deverá ser trabalhado com elas, pois muitos professores com certeza não se sentem preparados para desenvolver esse trabalho.

De acordo com Mittler (apud MANTOAN, 2003, p.21)

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as

diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

O medo do diferente e a incerteza quanto á aprendizagem das crianças com deficiência ainda são obstáculos enfrentados pelos professores.

Mantoan (2003) diz que uma razão de ser da inclusão, bem como um motivo para a atualização da educação é que os professores se atualizem aperfeiçoando suas práticas para responderem ás necessidades e especificidades dos alunos, sem, contudo fazer parte da educação especial e seu modelo de exclusão.

A inclusão requer uma mudança na educação, que tem por objetivo atender todos os alunos, independente se tem ou não alguma deficiência, para assim garantir sucesso na perspectiva educacional, mas para isso é preciso que todos estejam abertos para as inovações (MANTOAN, 2003).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso: 26 Agosto 2018.

COSTA, Carmem Martini e PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

DÍEZ, Anabel Moriña. **Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, v.5, n. 1, p. 16-25, jan/jul. 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, v. 5, n.2, p. 32-38, jul/dez.2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A hora da virada**. Inclusão: revista da educação especial. Brasília, p. 24-28, out/2005.

_____. **Inclusão escolar**: O que é? Por que é? Como fazer? 1. ed.São Paulo: Moderna, 2003.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, p.07-18, out/2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 6 ed.Rio de Janeiro: WVA, 2005.

_____. **Inclusão**: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, p. 19-23, out/2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0



9 788572 477390